

cotidiano

Barroso aponta racismo e restabelece mandato de vereador no PR

Stefhanie Piovezan

SÃO PAULO O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luís Roberto Barroso restabeleceu, em decisão proferida na noite de sexta (23), o mandato do vereador Renato Freitas (PT), de Curitiba. O parlamentar havia sido cassado sob acusação de quebra de decoro após participar de uma manifestação que invadiu a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito, em fevereiro. Com a sentença, Freitas também pode manter sua candidatura a deputado estadual pelo Paraná.

No ato de fevereiro os manifestantes protestavam contra os assassinatos do congoles Moïse Mugenyi Kabagambe e de Durval Teófilo Filho. O protesto começou em frente à igreja e, na época, a Arquidiocese de Curitiba afirmou que a missa havia sido abreviada pelo barulho e que fiéis haviam reclamado, fechando a porta principal. Manifestantes entraram pelas portas laterais e o ato continuou dentro do templo.

A manifestação suscitou denúncias de interrupção da missa e desrespeito ao sagrado, o que o Freitas negou, e levou a um processo de investigação na Câmara Municipal. O vereador teve seu mandato cassado em 22 de junho, por 25 votos favoráveis, cinco contrários e duas abstenções, e foi substituído pela suplente Ana Julia Ribeiro (PT).

A decisão, porém, foi suspensa pela Justiça por desrespeito ao processo legal de tramitação e ele reassumiu o posto. Pouco tempo depois, em 5 de agosto, a Câmara votou novamente pela perda do mandato. Por 23 votos a 7, Freitas foi cassado pela segunda vez.

Na decisão desta sexta, Barroso afirmou que a Câmara de Curitiba não seguiu os 90 dias corridos para análise do caso, conforme o decreto-Lei nº 201/1967. Ao contrário, adotou um regimento municipal que estabelece o prazo prorrogável de 90 dias úteis, usurpando uma competência da União, a quem cabe definir as normas de processo e julgamento dos crimes de responsabilidade. Procurada, a Câmara de Curitiba não respondeu até a conclusão desta edição.

Na decisão, o ministro disse ainda que a questão ultrapassa a discussão dos limites éticos da conduta de Freitas. Para Barroso, o caso envolve o "debate sobre o grau de proteção conferido ao exercício do direito à liberdade de expressão por parlamentar negro voltado justamente à defesa da igualdade racial e da superação da violência e da discriminação que sistematicamente afligem a população negra no Brasil".

O ministro também mencionou que a manifestação ocorreu em uma igreja construída por negros escravos que não podiam frequentar outras igrejas da cidade e que a própria Arquidiocese de Curitiba, apesar de entender que houve excesso, posicionou-se contra a cassação, reconhecendo que a "movimentação contra o racismo é legítima, fundamenta-se no Evangelho e sempre encontrará o respaldo da Igreja".

Renato Freitas, que está na Itália para um encontro com o papa Francisco, usou seu perfil no Twitter para repercutir a sentença.

"Fui definitivamente reconduzido ao cargo de vereador de Curitiba e agora sou, mais do que nunca, candidato a deputado estadual pelo Paraná. Bem-aventurados os que têm sede e fome de justiça. Eu tenho fé!", escreveu em um dos posts.

ambiente

RR enfrenta avanço desordenado do agronegócio e garimpo ilegal

Contaminação de rios com mercúrio afeta peixes até na capital do estado, diz estudo

PLANETA EM TRANSE

Beatriz Jucá

FORTALEZA Roraima vive um processo de aceleração da degradação ambiental. Um dos estados da Amazônia Legal em que a destruição do bioma mais demorou a avançar, com áreas de floresta ainda consideradas intactas, Roraima possui, porém, metade das dez terras indígenas do país mais ameaçadas pelo desmatamento. Os índices do ano passado foram os piores da década.

Com 122% de aumento da área média anual de floresta desmatada entre 2019 e 2021 em relação ao triênio anterior, foi o estado da Amazônia Legal que mais viu o desmatamento crescer, segundo relatório do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia).

Os maiores problemas ambientais no estado passam pelo avanço do agronegócio de grãos, a grilagem, o roubo de madeira e o garimpo ilegal.

"Essa intensificação no ritmo do desmatamento em Roraima tem atores já conhecidos em outras regiões da Amazônia, como grileiros e garimpeiros, que se aproveitam de fatores como a flexibilização das penalidades direcionadas a crimes ambientais e a sensação de impunidade", aponta a engenheira agrônoma Bianca Santos, pesquisadora do Programa de Monitoramento da Amazônia do Imazon (Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia).

Uma das consequências das atividades ilegais é a contaminação de rios. Um estudo realizado em parceria entre Fiocruz, ISA (Instituto Socioambiental), Instituto Evandro Chagas e Universidade Federal de Roraima concluiu que peixes de três rios estão altamente contaminados por mercúrio no estado — incluindo um trecho do maior deles, o Rio Branco.

O mercúrio é usado pelos garimpeiros ilegais para separar ouro de outros sedimentos e depois despejado nas águas, mesmo sendo tóxico.

O problema é sentido até na capital, Boa Vista, onde os peixes passaram a apresentar níveis de contaminação muito acima do aceitável, conforme aponta o estudo.

Quem mora na região conta que os peixes carnívoros, por exemplo, são evitados diante do risco de doenças. "O efeito do garimpo ilegal chegou na capital. A maior parte das espécies que a população consome no dia a dia está com contaminação muito alta", destaca Ciro Campos de Souza, pesquisador do ISA.

Há pelo menos duas fortes frentes de pressão ambiental no estado. Enquanto o desmatamento avança pela floresta amazônica nos municípios do sul, junto com a grilagem, as áreas de savana ao norte são disputadas pelo agronegócio de grãos.

"Nós vivemos hoje um momento de aceleração de todos os tipos de uso e ocupação da terra aqui em Roraima", resume Ciro Campos.

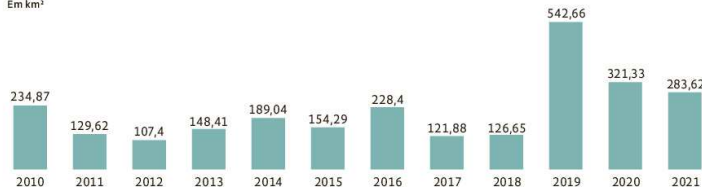
Já o garimpo ilegal de ouro cresce principalmente na Terra Indígena Yanomami, que vive agora o seu mais elevado nível de degradação, denunciam entidades. A Hutukara Associação Yanomami estima que há mais de 30 mil pessoas atuando nessa atividade ilegal dentro da terra indígena.

Mesmo assim, há pouca ação dos governos estadual e federal — a União é responsável pela fiscalização em terras indígenas, apoiada pelas

Raio-x ambiental de Roraima

Desmatamento no estado

Em km²



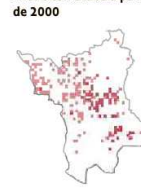
Dados do estado



Biomass



Área desmatada a partir de 2000



Em %

100
Amazônia

Área do estado

223.644,530 km²

Governador atual

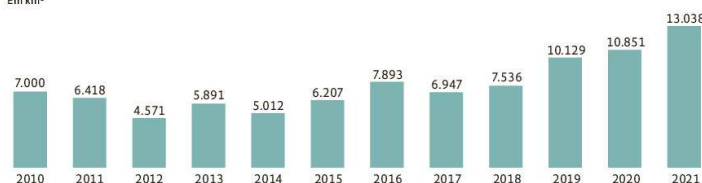
Antonio Denarium PP

Candidatos ao governo

Antonio Denarium PP
Fábio Almeida PSOL
Juraci Escurinho PDT
Rudson Leite PV
Teresa Surita MDB

Desmatamento na Amazônia

Em km²



Fontes: TSE, Inpe, IBGE

Entenda a série

Esta série de reportagens, que será publicada até o fim de setembro, reúne os desafios ambientais dos nove estados que compõem a Amazônia Legal às vésperas das eleições de 2022.

Pesquisadores comentam os problemas e as oportunidades que os governos estaduais têm para mitigar questões como garimpo ilegal e desmatamento

forças do estado.

Alinhado à visão ambiental do presidente Jair Bolsonaro (PL) e líder nas pesquisas eleitorais deste ano, o governador de Roraima, Antonio Denarium (PP), sancionou em julho deste ano uma lei que proíbe a destruição de equipamentos apreendidos de garimpeiros ilegais.

No ocasião, justificou que Roraima tem mais de 50 mil famílias que dependem dessa atividade e chamou os garimpeiros ilegais de "empreendedores da mineração".

Questionado pela reportagem se a decisão não incentivaria a atividade ilegal, o governo de Roraima negou. Na visão da gestão, a lei apenas cria normas para que os itens sejam aproveitados pelo poder público em outras frentes, em vez de serem incendiados.

As invasões às terras indígenas vêm deixando ainda um rastro de violência no campo, especialmente contra guardiões da floresta. Segundo ativistas que preferiram não se identificar, são crescentes as ações de organizações criminosas ligadas ao tráfico.

Para combater o desmatamento, o governo de Roraima diz que desenvolve ações de fiscalização, educação ambiental, combate à queimadas e assistência técnica. Conforme o governo, em 2021 foram aplicadas 122 multas que somaram R\$ 6 milhões.

Segundo especialistas, porém, o próximo governo deveria atuar com ações mais rígidas. "O governo estadual pode tomar a frente contra ações de desmatadores ilegais fortalecendo seus ór-

gãos ambientais estaduais e municipais", sugere a pesquisadora Bianca Santos.

Ela diz que é necessário reanalisar as políticas ambientais encaminhadas ao Legislativo que representam retrocesso de leis ambientais.

Ciro Campos aponta que as

soluções devem passar também por um planejamento de expansão do agronegócio dos grãos, para que ela não ocorra de forma desordenada em toda a área de campos naturais fora das terras indígenas.

Além disso, incentivo ao turismo e ações para valorizar a transição energética são apontadas como urgentes. "Temos um potencial semelhante ao do Nordeste em energia solar", pontua ele.

A eleição para o governo estadual de Roraima tem neste ano dois candidatos na dianteira das pesquisas. Juntos eles concentram mais de 80% das intenções de voto.

Denarium, que busca a reeleição e está à frente nas pesquisas, cita "cuidado aos povos indígenas" em seu plano de governo. Ele prevê inclusão digital e mobilidade com estrutura terrestre e fluvial às comunidades. O texto promete ainda programa de captação de água potável e de energia alternativa, além de fortalecimento de atividades produtivas artesanais, agropecuária, florestal e extrativista.

Já a segunda candidata mais bem colocada nas pesquisas, Teresa Surita (MDB), diz que quer desburocratizar a documentação do licenciamento ambiental, retomar o diálogo com o governo federal sobre a matriz energética do estado e criar novas formas alternativas e limpas de geração de energia.

Ela também propõe estimular a criação de secretarias municipais de meio ambiente.

“O governo estadual pode tomar a frente contra ações de desmatadores ilegais fortalecendo seus órgãos ambientais estaduais e municipais”

Bianca Santos
pesquisadora do Imazon

O projeto Planeta em Transe é apoiado pela Open Society Foundations